Senhor Presidente,

Senhores Deputados

As prioridades desta área governativa estão claramente identificadas no Orçamento do Estado para próximo ano.

I. Comecemos pelas **Transferências Globais**

As Transferências do Orçamento do Estado para a Administração Local, Regional e também para a Descentralização vão ser, em 2023, de **5 200 M€, mais 9,1% do que em 2022**, ou seja, **mais 433 M€**. Valor que resulta da Lei das Finanças Locais e do aumento das verbas da descentralização.

II. Quanto ao processo de descentralização

Com base nesta prioridade do Governo, o **Fundo de Financiamento da Descentralização** para 2023 vai ser **aumentado em cerca de 21%, para um total de 1 205 M€**, o que corresponde a **um aumento de 208 M€**.

Vai manter-se também a chamada **cláusula de salvaguarda**, que permite a reafetação ou o reforço de verbas, caso estas sejam manifesta e justificadamente insuficientes. Consideramos que esta cláusula de salvaguarda deve manter-se no Orçamento do Estado enquanto o processo não estiver concluído a 100%, mas, sobretudo, por uma questão de prudência, atendendo à incerteza económica em que vivemos.

O Governo vai também, em 2023, **concluir o processo de descentralização** que está em curso, com a transferência das competências previstas na Lei-Quadro da descentralização para os municípios e as comunidades intermunicipais.

Nomeadamente na **área Social**, onde - apesar do intenso trabalho desenvolvido com a Associação Nacional de Municípios Portugueses - **ainda não foi possível chegar a acordo**. No entanto, tudo faremos para o alcançar no mais curto espaço de tempo, para que não se comprometa a assunção destas competências no prazo devido, 1 de janeiro de 2023, como é vontade dos municípios.

Também **não nos foi possível**, Senhores Deputados, **cumprir o prazo relativamente a alguns compromissos** assumidos no Acordo de julho com a ANMP, como o despacho das refeições, a portaria dos transportes de crianças com necessidades especiais, a portaria dos equipamentos escolares e a portaria PND. Enquanto que vos falo, decorre precisamente a reunião da Comissão Técnica de Desenvolvimento, onde esperamos que todos estes documentos sejam aprovados, naturalmente com a aceitação da ANMP. Acredito que **a solução para este atraso será encontrada nas próximas horas**.

Mas há aspetos onde avançámos e de que vos quero dar nota. No âmbito desse mesmo Acordo de julho, o Governo assumiu o compromisso de **financiar a intervenção em mais de 400 escolas consideradas prioritárias**. As CCDR abrirão **muito em breve**, e por um período de 6 meses, avisos de concurso do PT2020 que podem transitar para o PT2030, para **escolas com projetos de arquitetura e execução aprovados pelos serviços da educação**. Será definido um preço máximo de referência e será dada prioridade aos estabelecimentos de ensino que apresentem maturidade dos projetos. Não estamos a falar só das escolas de Prioridade 1, mas de todas as escolas previstas no mapeamento acordado entre o Governo e a ANMP incluindo aquelas que já eram da competência dos municípios.

Também na área da Saúde, onde já foi possível avançar com avisos do PRR, no valor de mais de **151 M€**, para a construção de **58 novos centros de saúde**, profundas **requalificações em 193** outras unidades e a **aquisição de 778 viaturas elétricas**, vamos abrir novos avisos do PT2030 para a requalificação/construção de equipamentos de cuidados de proximidade, desde que aprovados pelos serviços de Saúde e pelas CCDR.

Apesar destes objetivos, a descentralização não acaba por aqui. Temos consciência de que este é um processo que merece o aperfeiçoamento e uma "afinação" permanente, até que se cumpra o objetivo principal que é aproximar as pessoas de um serviço público de maior qualidade, mais eficiente e mais escrutinado.

III. Sobre os **Programas Operacionais Regionais do PT2020 e o arranque do PT2030**

Depois de um intenso ano de negociação, as CCDR **já submeteram os Programas Operacionais do PT2030 a Bruxelas**, pelo que temos a legítima expectativa de conseguir a sua **aprovação até ao final do ano**.

No entanto, ainda temos pela frente muito trabalho, nomeadamente **garantir a utilização integral das verbas** que estão na esfera dos Programas Operacionais Regionais do PT2020. São dois os grandes desafios que temos agora: **atingir o objetivo de execução 2022 e acabar a execução em 2023.**

Atingir o objetivo de 2022 significa **injetar na economia até ao final do ano 737 M€ de fundos** europeus, o que corresponde a um investimento de **1 375 M€**[1]**.** Isto significa conseguir executar até ao final deste ano 82% dos fundos. Considerando que, atualmente, a **taxa de execução está**

[1] Calculou-se com base na execução de 5 620 675 328, a 1 de novembro, que corresponde a 72,5%. O rácio fundo/investimento é 1,8(6).

nos 73%, os Programas Operacionais Regionais **têm 2 meses para executar 9 p.p.**, tarefa exigente e que tem exigido um trabalho de grande proximidade das CCDR com os promotores.

Acabar a execução em 2023, de todo o PT 2020, significa injetar na economia **1 500 M€ de fundos**, o que corresponde a um **investimento de 2 800 M€**.

Para ajudar com este esforço, já foram tomadas **medidas extra** para acelerar a execução e garantir a plena absorção destas verbas:

- Reativamos a **"bolsa de recuperação"**, que identifica projetos com atrasos ao nível da contratualização e execução, permitindo que as verbas em causa sejam realocadas a novos projetos e/ou a novos beneficiários;

- **Aumentamos a taxa de cofinancimento** de projetos que têm uma comparticipação abaixo da máxima permitida;

- Abrimos **avisos de overbooking condicionado**, que permitem criar uma bolsa de projetos com execução muito elevada, para permitir cobrir eventuais quebras de execução;

- Alterámos a fórmula de cálculo da **revisão de preços** para acolher as variações no custo das empreitadas (que aumentaram por causa do aumento dos custos dos materiais e outras subidas com implicações no valor das empreitadas);

- Simultaneamente, vamos permitir que este aumento na revisão de preços seja também comparticipado por fundos europeus;

- Criámos o **Mecanismo Extraordinário de Antecipação**, que já está a permitir a abertura de Avisos no Portugal 2020 por conta do Portugal 2030, assegurando o que chamamos de "transição suave" entre os dois ciclos de programação, evitando a interrupção do investimento público e privado.

É, aliás, graças a este Mecanismo Extraordinário de Antecipação do Portugal 2030 que já foram já foram a concurso 800 M€ e pagos 262 M€. **Nos POR foram usados 80,5 M€ de fundos**,

nomeadamente para apoio à formação profissional, equipamentos escolares e infraestruturas de saúde. Este mecanismo corresponde a uma mudança na filosofia na utilização dos fundos estruturais e na transição entre quadros comunitários.

IV. Sobre a valorização dos territórios do Interior

O Interior é, e vai continuar a ser, uma prioridade desta área governativa. Vamos continuar a replicar, por isso, medidas que já provaram ter bons resultados, através de apoios exclusivos e majorados. Esperamos ter nestes territórios um valor de execução de **950 M€ de investimento** em 2023.

Ampliámos também os **benefícios fiscais para as empresas do Interior**, através da **dedução à coleta de 20% dos custos salariais** de novos postos de trabalho.

Duplicamos a base de incidência **da taxa reduzida de IRC**, de 12,5%, que sobe dos primeiros 25 mil euros, para os **primeiros 50 mil € da coleta**. Isto significa que uma PME localizada num território do Interior, Arganil, **por exemplo**, que apure 60 mil euros de matéria coletável (isto é, o resultado antes de imposto), pagará de IRC em 2023 8 350 euros, quando atualmente paga 10 475. Esta empresa estará a beneficiar de uma redução fiscal de 2 125 euros.

No primeiro semestre de 2023, vamos ainda rever o **Programa Trabalhar no Interior** para que **abranja trabalhadores dos vários setores, seja ele público, privado ou social.** Este Programa inclui medidas como o Emprego Interior Mais, que concede apoio financeiro aos trabalhadores que se desloquem para trabalhar no Interior, e a medida +CO3SO Emprego Interior, que apoia a criação de emprego nestes territórios, medidas estas que têm tido impacto muito significativo no que toca à criação de melhores condições de empregabilidade e mobilidade profissional. Vamos por isso, não só prolongá-las, como pretendemos inclusivamente ponderar um enquadramento fiscal próprio.

Vamos também incentivar o **Teletrabalho nas regiões transfronteiriças**, com vista a mitigar o despovoamento destas regiões, combater as alterações climáticas, construir a sociedade digital e reduzir as desigualdades. Para este efeito, e em conjunto com a Comissão Europeia, já estamos a identificar as condições para que as zonas transfronteiriças possam ser certificadas como territórios com condições para a prática do trabalho remoto ou à distância.

V. Ordenamento do Território

Como já demos conta a esta casa, vamos apresentar para discussão pública o Relatório do Estado do Ordenamento do Território, o **REOT, no 1º semestre de 2023**. Logo que esteja cumprida a revisão do PNPOT, vamos atualizar e completar o quadro de planeamento regional.

Neste momento, estão em vigor os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) no Algarve, Alentejo, Área Metropolitana de Lisboa e Oeste e Vale do Tejo, cuja responsabilidade de elaboração foi respetivamente, das CCDR Algarve, Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo. As CCDR Centro e Norte estão a elaborar os seus PROT, e uma vez terminados os que faltam e revistos os que já existem, o território continental estará totalmente cobertos pelos Planos Regionais.

Quero ainda destacar um investimento único, o Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo, **SMOS**, que é um novo e avançado sistema para a monitorização e avaliação da ocupação dos solos. Constitui uma plataforma de última geração, essencial para a gestão do território com recurso à inteligência artificial, com inúmeras aplicações e que vai ser aberto e estar disponível a todos, com inúmeras aplicações. São **29,4 M€** integralmente financiado pelo PRR.

Estou agora inteiramente disponível para responder às vossas questões.

Muito obrigada